

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS I
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB-IFPB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO 2ª
LÍNGUA PARA SURDOS NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

GERALDA MENDES PEREIRA SILVA

**LETRAMENTO LITERÁRIO: uma proposta de leitura, em língua portuguesa, para
alunos surdos**

JOÃO PESSOA

2020

GERALDA MENDES PEREIRA SILVA

**LETRAMENTO LITERÁRIO: uma proposta de leitura, em língua portuguesa,
para alunos surdos**

TCC - Artigo apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus I, Polo João Pessoa, para obtenção do título de Especialista em Ensino de Língua Portuguesa como 2ª língua para Surdos, sob a orientação da Profª. Ma. Camila Michelyne Muniz da Silva.

JOÃO PESSOA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB, *Campus* João Pessoa

S5861 Silva, Geralda Mendes Pereira
Letramento literário: uma proposta de leitura, em língua portuguesa, para alunos surdos / Geralda Mendes Pereira Silva. – 2020.
22 f.: il.
Artigo (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa como 2ª Língua para Surdos) – Instituto Federal da Paraíba – IFPB / Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação. Diretoria de Educação a Distância.
Orientadora: Profª. Mª. Camila Michelyne M. da Silva

1.Língua Portuguesa. 2.Letramento literário. 3.Surdos. 4. Leitura-Proposta. 5. Libras. Título.

CDU 81'246.2:376

GERALDA MENDES PEREIRA SILVA

LETRAMENTO LITERÁRIO: UMA PROPOSTA DE LEITURA, EM LÍNGUA PORTUGUESA, PARA ALUNOS SURDOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), para obtenção do título de Especialista em Ensino de Língua Portuguesa como 2ª Língua para Surdos.

João Pessoa, 08 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Camila Michelyne M. da Silva

Prof.(a.) Ma. Camila Michelyne Muniz da Silva
Orientador(a) – UFPE

Otoniel MS.

Prof. Dr. Otoniel Machado da Silva

Avaliador (a) – IFPB

Nidia Nunes Máximo

Nidia Nunes Máximo
Coord. de Letras LIBRAS
Departamento de Letras
UFPE SIAPE: 2143407

Prof.(a.) Ma. Nídia Nunes Máximo
Avaliador(a) – UFPE

LETRAMENTO LITERÁRIO: UMA PROPOSTA DE LEITURA, EM LÍNGUA PORTUGUESA, PARA ALUNOS SURDOS

Geralda Mendes Pereira Silva¹
Camila Michelyne Muniz da Silva²

Resumo: Este trabalho apresenta uma proposta para o letramento literário de alunos surdos. O enfoque do trabalho problematiza a aquisição da segunda língua (L2) e as dificuldades inerentes às políticas para a educação especial. O arcabouço teórico que fundamenta o trabalho inclui as considerações de Teresa Colomer (2008), Rildo Cosson (2014), Tzvetan Todorov (2009) que tratam da crise no ensino de literatura e trazem reflexões sobre métodos e concepções de ensino. A partir da revisão desses trabalhos, discutimos sobre o lugar da literatura no ensino de L2 ao aluno surdo, evidenciando as dificuldades deste em ter acesso ao acervo de literatura e a implicância disso na apropriação da leitura.

Palavras-chave: Letramento Literário. Surdez. Leitor.

Abstract: This article presents a proposal for the literary literacy of deaf students. The special emphasis problematizes the acquisition of a second language (L2) and the inherent difficulties at politics for special education. The theoretical framework that underlies the work includes the considerations of Teresa Colomer (2008), Rildo Cosson (2014), Tzvetan Todorov (2009) that deal with the crisis in teaching of literature and involve reflections, methods and teaching conceptions. From this bibliographic review, discussed about the place of literacy in the teaching of L2 to the deaf students, evidenced your difficulties to gain access to literacy works and your implication in the reading appropriation.

Key-words: Literary Literacy. Deafness. Reader.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, pretendemos propor uma experiência de letramento literário para alunos surdos. Nosso objetivo geral é facilitar o acesso às obras literárias de Língua Portuguesa por pessoas surdas, instigando à construção de conhecimentos multiculturais e facilitando a aquisição de segunda língua (L2), através da leitura de textos literários.

Nesse sentido, faremos algumas reflexões acerca da noção de letramento literário e, em sentido mais estrito, letramento em L2 para alunos surdos; abordaremos as dificuldades enfrentadas pelos surdos para ter acesso à Literatura de Língua Portuguesa, para, em seguida, propormos a publicação de obras literárias em um blog para os estudantes surdos.

¹ Geralda Mendes Pereira Silva - Graduada em Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba; e aluna do curso de Especialização em Língua Portuguesa para Alunos Surdos, do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba.

² Camila Michelyne Muniz da Silva - Professora do curso de Letras Libras da Universidade Federal de Pernambuco; Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE; e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Libras (NEPEL).

Faz parte do arcabouço teórico que sustenta este trabalho, a pesquisa de Souza (2015) acerca da perspectiva sociohistórica de aquisição da linguagem. O autor faz uma abordagem do pensamento de Vygotsky (1987) para explicar o fenômeno da linguagem e a construção social da consciência.

Além dessa discussão em torno do processo de aquisição da linguagem, nosso referencial teórico inclui as teorias de Cosson (2014), Colomer (2005) e Todorov (2009), que trazem questões sobre a crise no ensino de literatura e as novas perspectivas de letramento literário. Consideramos ainda alguns conceitos de Chiapinoto (2010) e Magnabosco (2009) sobre a Cibercultura, com enfoque na relação entre linguagem, educação e gêneros digitais.

A proposta se justifica porque entendemos que adotar estratégias para o letramento literário em L2 para alunos surdos é de fundamental importância porque, além de motivar os professores, traz ao campo da educação o debate sobre a perspectiva de educação bilíngue, que tem se tornado a questão central dos estudos surdos. Desde a década de oitenta, do século passado, estudiosos de linguística e literatura vêm empregando o termo letramento literário para fazer referência ao processo através do qual um indivíduo se torna apto a interagir em diversas situações sociais de uso da língua, em consequência de ter se apropriado das habilidades de leitura e escrita. Sendo assim, o letramento pode ser entendido como *status* daquele que, tendo se apropriado da leitura e da escrita, interage em diversas situações sociais fazendo uso dessas habilidades.

Considerando esses conceitos, Cosson (2014) passou a empregar o termo letramento literário aludindo às práticas de leitura do texto literário, dando continuidade à discussão proposta por Todorov (2009) e Colomer (2005), na medida em que apresenta uma perspectiva inovadora de letramento através de sequências didáticas. Essas pesquisas colocam em xeque as práticas tradicionais de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa, elas identificam as fragilidades responsáveis pela crise no ensino de Literatura, em uma abordagem geral, abrindo um leque de questões que nos levam a refletir sobre a situação do letramento literário no âmbito da surdez.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Letramento literário e educação básica

Muito se tem discutido acerca do ensino de literatura no ensino básico, com enfoque especial ao ensino voltado para a perspectiva de literatura norteada pelo livro didático. As críticas referem-se sobretudo aos métodos utilizados, que fazem da aula de literatura um espaço para memorizar características de escolas literárias e aspectos da textualidade presentes nas obras, praticamente excluindo a atividade de leitura de textos literários como fruição, o que tem resultado em um crescente desinteresse pela literatura. Essa crítica se fundamenta pela escassez de textos literários e pela forma como se apresentam esses textos nos livros didáticos: a teoria e os exercícios de fixação ganham destaque enquanto a escassez de textos literários predomina. Esse modelo de aula de literatura³ pode ser apontado como um dos motivos pelos quais grande parte dos brasileiros egressos do ensino básico não têm o hábito de ler e não adquiriram as competências necessárias à prática de leitura.

Sobre essas competências os PCNs enfatizam que:

Um leitor competente sabe selecionar, dentre os textos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a suas necessidades, conseguindo estabelecer as estratégias adequadas para abordar tais textos. O leitor competente é capaz de ler as entrelinhas, identificando, a partir do que está escrito, elementos implícitos, estabelecendo relações entre o texto e seus conhecimentos prévios ou entre o texto e outros textos já lidos. (p.70)

Seguindo esse raciocínio, podemos refletir sobre o desafio de formar leitores competentes, tendo como recurso didático o texto literário, esse portal para a língua portuguesa e que não deve ser utilizado como pretexto para ensinar regras gramaticais ou características de escolas literárias.

Quais seriam as melhores estratégias para formar leitores competentes, considerando a situação de nossas bibliotecas? Como selecionar textos para as diferentes fases de formação dos leitores? E qual o lugar da literatura considerada erudita nesse processo? Ao apresentar uma palestra sobre o direito à literatura, na Universidade Mackenzie, em São Paulo, há 32 anos, Antonio Candido destaca a importância da leitura literária para a humanização e chama a atenção para a dificuldade de acesso dos pobres à literatura erudita. Afirma ele que a literatura é tão incompressível como a “alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.”

³ Adotamos a perspectiva de ensino de literatura como parte integrante e indissociável do ensino de língua portuguesa, uma vez que a prática de leitura é indispensável à construção de conhecimentos acerca da língua.

(CANDIDO, 1988, p. 174). Sendo assim, a literatura figura entre os direitos humanos, devendo estar acessível a negros e brancos, homens e mulheres, católicos e protestantes e, naturalmente, aos surdos.

Ao destacar o direito das massas às obras literárias eruditas, Candido (1988) parece reconhecer uma hierarquia entre a cultura popular e a cultura erudita, em que a primeira ocupa uma posição inferior, e é exatamente esse aspecto dessa teoria que queremos destacar aqui. Promover o encontro entre o leitor e o texto literário é lhe abrir as portas para a cultura. A literatura oferece a oportunidade de vivermos dialeticamente diferentes culturas, por isso, ao empreender o letramento literário, é necessário ter em mente um leitor que conhece textos de diferentes tempos, espaços e culturas. Para Cosson (2014, p. 31), “o efeito de proximidade que o texto literário traz é produto de sua inserção profunda em uma sociedade, é resultado do diálogo que ele nos permite manter com o mundo e com os outros”. A literatura é, assim, um espaço de encontro e interação entre sujeitos cujas identidades se constroem na/pela linguagem. Hoje, ao fazer essa releitura das ideias de Candido (1988), percebemos que em toda estratégia de letramento literário o que se deve priorizar é a valorização da cultura e da história do leitor, visto que essa valorização é fator essencial para despertar a consciência sobre a importância do ato de ler.

Trinta e dois anos após a palestra de Candido (1988), sabemos que o cânone ou a literatura erudita já não é uma das principais preocupações no âmbito do letramento literário, em oposição a outras eminentemente relevantes como, por exemplo, a mudança gradativa da função da literatura na escola, sua relação com as mudanças empreendidas no currículo da educação básica e a postura do professor em relação a essas mudanças. Atualmente, o que se destaca é a necessidade de promover o encontro entre o leitor e o texto literário, considerando que ele deve ler obras de diversas épocas e autores, para ter a oportunidade de dialogar com diversas culturas e assim desenvolver a consciência crítica tão fundamental à vida em sociedade.

Contudo, a preocupação de Candido (1988) ainda é muito atual no que se refere aos efeitos das graves desigualdades sociais, que dificultam a fruição da arte e da literatura pelas classes menos abastadas. Paralelamente, outras questões de grande relevância para o letramento literário têm se destacado. Zilberman e Silva (1990) alertam para a crise que se configura na medida em que a literatura perde a eficácia pedagógica esperada pela burguesia. Os autores lembram os rumos que tomaram a educação nas últimas décadas e suas consequências no currículo e nos métodos utilizados. A sede por crescimento econômico e pelo avanço da industrialização implicaram em mudanças nos projetos educacionais,

transformando a escola em um ambiente para formação profissional, em que se aprende conteúdos diversos só não se tem motivação para a fruição concreta da literatura.

Em seu livro “Andar entre livros: a leitura literária na escola”, Teresa Colomer (2005) destaca o poder da 'leitura de livros' no desenvolvimento da competência literária em crianças e acrescenta que o espaço para o compartilhamento de leituras “parece uma das vias mais interessantes para fomentar a consciência de pertencer a uma comunidade de leitores” (COLOMER, 2005, p. 18-19). Apesar de perceber que a preocupação de Colomer (2005) é com os meninos e meninas, podemos considerar que os grupos de leitura e discussão coletiva estão ganhando espaço entre comunidades de leitores de todas as idades e que isso se constitui em um fator relevante na formação de leitores, pois motiva à prática de leitura, sobretudo quando se trata de grupos ou clubes de leitores virtuais. Nessa empreitada, a rede mundial de computadores é uma ferramenta de inclusão social, levando a leitura e o conhecimento até onde o leitor está. A Literatura é um poderoso instrumento de construção de conhecimentos na medida em que proporciona o dialogismo intercultural; auxilia no processo de aquisição da segunda língua (L2); e contribui para o enriquecimento lexical.

Considerando essas questões, reconhecemos que desenvolver um projeto de Literatura de Língua Portuguesa, para o sujeito surdo requer a assunção de que estamos propondo a um grupo que tem língua própria e estão, portanto, imersos em uma atmosfera cultural diferente da cultura majoritária, a aceitação e o amor a nossa literatura. Ou seja, estamos propondo uma interação sociocultural, por meio da literatura, o que sugere a necessidade de superar a velha concepção de surdez como patologia, passando a concebê-la como uma condição biopsicossocial, para, a partir disso assimilar o processo de aquisição da linguagem em sua dimensão peculiar. É sobre isso que iremos tratar na próxima seção.

1.2 O fenômeno da aquisição da linguagem e a surdez

O primeiro ponto fundamental para o letramento literário do surdo é aceitar a Libras como sua língua natural e concebê-la como sua principal língua de instrução. Sobre isso, Sousa e Silva (2015, p. 04) afirmam que “no caso das crianças surdas será o Input visual que ajudará o desenvolvimento da criança na aquisição da Libras e, conseqüentemente, na escrita da Língua Portuguesa”. Sendo assim, a língua de sinais assume o papel central na aquisição da linguagem, já que o educando apreende o mundo a sua volta através da visão, ficando por isso limitado a interagir com falantes da língua de sinais ou através da escrita, após se apropriar da L2. Dessa forma, conclui-se que estar em um ambiente bilíngüe se constitui em

uma condição *sine qua non* para que o aluno surdo tenha as condições necessárias à aquisição da segunda língua.

Segundo Skliar (1997, p. 132 apud OLIVEIRA; CÓRDULA, 2017, p. 04), cerca de 95% das crianças surdas nascem em famílias de não surdos, o que se constitui em um fator responsável pelas dificuldades observáveis no desenvolvimento de habilidades necessárias à interação, tanto em L1 quanto em L2. Isso ocorre porque a aprendizagem da língua de sinais é condição para interagir com não surdos, e assim, aprender a L2. Só a partir do momento em que se apropria de uma segunda língua, o sujeito surdo passa a ter outra forma de interação: a escrita.

Além desse fator, os métodos empregados para o ensino de LP aos surdos também são apontados como um aspecto que dificulta o seu desenvolvimento intelectual. Sobre isso, Sousa e Silva (2015, p. 02) afirmam que

o ensino de Língua Portuguesa ao indivíduo surdo tem se encaminhado até agora da mesma forma como se encaminha até agora para o ouvinte. Por isso, o fracasso sempre foi uma marca nesse processo. A consequência mais grave ainda é que se mantém a ideia de que o sujeito surdo é cognitivamente comprometido em relação às pessoas ouvintes. Porém, mesmo se tratando de campos visuais diferentes entre sujeitos surdos e ouvintes, eles são tratados de maneira igualitária quando se necessita de um diferencial.

Essa denúncia nos remete a uma discussão cara à educação: a necessidade de modernizar os sistemas de ensino, adaptando-os às necessidades dos alunos surdos. Trata-se de adaptar as escolas à proposta de educação bilíngue para surdos, que vem sendo discutida por inúmeros estudiosos da educação (MATTOS & RAMIRES, 2013) e que é objeto principal das reivindicações da comunidade surda brasileira. Essa proposta está fundamentada na ideia de uma escola em que todos – professores, alunos, funcionários e toda comunidade escolar - conseguem interagir em Libras, assegurando aos estudantes surdos o direito de aprender os conteúdos de acordo com as possibilidades de sua capacidade cognitiva e assegurando à Libras o *status* de principal língua de instrução. Nas palavras de Fernandes (2006, p. 03):

Em projetos bilíngues é pressuposto que o processo de ensino e de aprendizagem está fundado em operações linguísticas (sic) e metalinguísticas (sic) em que a primeira língua mobilize os sentidos e as estratégias de aproximação com a segunda língua em questão, ou seja, o aprendizado do sujeito será mediado pelas experiências que desenvolveu em sua língua materna de referência.

Ou seja, a efetivação da proposta de educação bilíngue para surdos depende de uma revolução na formação de professores, em que todos adquiram a proficiência em Libras, tornando-se capacitados ao exercício da interação com o aluno surdo. Essa mudança é uma questão eminentemente política, já que temos assegurados pela Lei N° 10.436/2002 o reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão e o ensino

obrigatório da Libras, nos cursos de formação de professores. A lei entrou em vigor desde o ano 2002, contudo, a realidade dos sistemas de ensino brasileiros ainda denuncia a dificuldade em se adaptar ao modelo de educação proposto.

Essa dificuldade deve-se a múltiplos fatores: o primeiro deles refere-se ao fato de que a maioria dos profissionais da educação, que já haviam concluído seus estudos quando da aprovação da Lei N° 10.436/2002, não têm proficiência em Libras; o segundo está relacionado à escassez de vagas nos cursos destinados aos estudantes de Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais – TILS; e o terceiro, explica-se pela forma como se articulam as disciplinas de Libras nos cursos de formação de professores. Este último é o fator crucial, já que a maioria das universidades oferece apenas uma disciplina de Libras, o que não atende à necessidade de aprendizagem dos discentes. Os conteúdos referentes à disciplina introdutória dos estudos de Libras apenas deixam uma noção sobre as diferenças e semelhanças entre a Libras e a Língua Portuguesa, raramente algum aluno concluiria esses estudos capacitado a interagir com alunos surdos em uma situação real de comunicação.

Outro fator que tem dificultado a adaptação dos sistemas de ensino nacionais à proposta de educação bilíngue para surdos está atrelado à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN, no que se refere à educação especial. Em seu artigo n° 58, a LDBN coloca que a educação especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, o que vai de encontro ao ideal de educação bilíngue para surdos, pois este inclui como estratégia as classes de alunos surdos, visando a interação em Libras. A lei acrescenta ainda, no parágrafo segundo, do artigo n° 58, que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular”.

Para início de conversa, vemos que a LDBN inclui o indivíduo surdo entre as pessoas com deficiência, já que não delibera especificamente sobre a surdez e sobre as estratégias para a educação dos surdos. Isso mostra uma perspectiva patológica da surdez: o indivíduo surdo não é tratado como alguém que tem cultura e língua próprias, e que deve, portanto, ser tratado como um aluno normal, apesar de marcado por uma condição peculiar, que só lhe permite interagir em situações sociais por meio da língua da cultura minoritária – a Libras, e que, necessita, dessa forma, um atendimento especializado para se desenvolver. A perspectiva de surdez presente na LDBN tem em si um paradoxo: parte do pressuposto de que o indivíduo surdo é deficiente, portanto, cognitivamente incapaz de se desenvolver intelectualmente em condições semelhantes às do não surdo, no entanto, orienta sua inserção em escola regular.

A condição a que o aluno surdo é submetido ao ser inserido em escolas de ensino regular o conduz a sentir-se um estrangeiro em seu próprio país por estar inserido em grupos falantes da LP, língua da cultura majoritária. Dessa forma, o sistema de ensino nega-lhe o direito de se fazer sujeito do discurso em situações de interação social, o que resulta em uma desvalorização da cultura das comunidades surdas. É por meio da visão que o surdo faz a leitura do mundo, da vida e da própria história; por meio da língua de sinais ele consegue significar suas ações em sociedade, dando sentido a sua existência. A partir da aquisição da L1, é possível aos surdos desenvolver a L2, tornando-se bilíngue, portanto, apto a interagir em diversas situações sociais em um país de língua majoritariamente oral/escrita, como é o caso do Brasil.

No que se refere à acessibilidade, o advento da criação da Lei N° 10.098/2000, que estabelece as normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, representou a esperança de um avanço significativo nas políticas públicas para educação especial. A Lei coloca a obrigatoriedade do poder público de promover a eliminação de barreiras na comunicação, visando assegurar às pessoas deficientes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer. O texto deixa clara a obrigatoriedade de garantir o acesso aos bens culturais, ficando subentendida a inclusão da literatura dentre estes.

O Decreto N° 5.296/2004, que regulamenta a Lei N° 10.098/2000 e a Lei N° 10.048/2000, assegura que o atendimento prioritário, instituído pela segunda lei em comento, compreende o tratamento diferenciado e neste estaria incluso o atendimento em Libras. Assim, o decreto deixa claro que o poder público tem o dever de providenciar alocação de recursos para o atendimento em Libras aos surdos nos sistemas de bibliotecas, no entanto, vinte anos após a aprovação dessas leis, o que vemos é que o poder público não conseguiu atender as orientações que elas trazem para a inclusão social do povo surdo em todos os Estados e Municípios. É a realidade que temos no Estado da Paraíba e em muitos outros Estados brasileiros que nos revelam a disparidade entre a legislação e a real situação dos surdos brasileiros.

Apesar da tensão entre os direitos e interesses dos surdos - se por um lado eles têm assegurado o direito ao reconhecimento de sua língua natural como principal instrumento de construção de sua identidade, por outro a proposta de educação bilíngue impõe a aquisição de uma segunda língua - convencionou-se que o bilinguismo tem se revelado a melhor metodologia para a educação de surdos. A proposta bilíngue naturalmente é um convite à interação. Ao aceitar a condição biopsicossocial do surdo, propomos-lhe adentrar a uma

cultura nova através da L2, assim ele experimenta a realidade do outro ao conhecer sua língua/identidade e cultura.

A partir dessa problemática que inclui as barreiras na comunicação, responsáveis pela exclusão e marginalização sociocultural e também pelos percalços na educação formal dos surdos, percebemos a necessidade de desenvolver estratégias para envolvê-los em situações reais de letramento e, para que o letramento literário se efetive a partir dessa metodologia, de acordo com a perspectiva de leitura como interação e dialogismo é necessário aproveitar os recursos tecnológicos disponíveis para que o letramento literário não seja mais um bem acessível somente aos não surdos. A seguir, vamos tecer algumas considerações pertinentes acerca dessa relação entre letramento e tecnologia.

1.3 Letramento literário na era da Cibercultura

Atualmente a tecnologia conquistou um importante espaço em nossas vidas. Em quase todos os lares encontramos tablets, notebooks, desktops e outros equipamentos eletrônicos que acabam substituindo o livro, em certa medida. Estamos na era digital e em consequência a forma como os textos são produzidos e chegam até nossas mãos já não é como na época de nossos pais. O livro impresso não é mais a única opção para a leitura e a escrita, a tela do computador é uma alternativa, estamos vivendo, portanto, uma mudança no suporte de leitura e escrita.

Essa mudança gerou uma preocupação quanto à sensação que ela pode trazer, podendo gerar uma dispersão, indisposição e abandono da leitura, em virtude da riqueza de nós e *links* oferecidos, o que acaba funcionando como caminhos diversos daquele almejado ao início da leitura. No entanto, é necessário lembrar que o avanço tecnológico é uma mudança real nos modos de construir conhecimentos e que, seguramente, não retroagirá, ao contrário, avançará, trazendo-nos novas tecnologias e acelerando a cada dia o ritmo de disseminação das informações. A dispersão de que se fala é resultado das múltiplas possibilidades oferecidas pelos *links* que há nas páginas de leitura, o que pode ser planejado no momento do desenvolvimento da página, a partir de um projeto que enfatiza o enfoque para a leitura do texto literário.

Apesar de saber que ainda há muitos leitores que preferem o livro impresso, devemos reconhecer os aspectos positivos da Cibercultura, pois ela funciona como uma poderosa ferramenta no processo de humanização, os E-books são mais acessíveis e chegam à casa do leitor em uma velocidade jamais atingida pelos meios tradicionais de difusão da cultura. Em

países como o Brasil, em que os sistemas de biblioteca têm evoluído, contudo ainda não atingimos um nível de evolução em que possamos promover o incentivo à leitura em uma perspectiva abrangente, uma vez que não superamos as barreiras na comunicação, a Cibercultura tem uma importante função pedagógica e contribui para o progresso e o desenvolvimento intelectual.

Isto posto, podemos avaliar o letramento digital como um fator que favorece a inclusão social e a elevação do nível intelectual, e, dessa forma, contribui para a construção de uma sociedade mais crítica. Resta aos professores encontrar com os alunos as melhores estratégias para utilizar essas ferramentas. Para Manabosco (2009, p. 53-54) “a melhor forma de lidar com essa questão seria a construção, juntamente com os alunos, de estratégias que pudessem contribuir para uma efetiva conscientização do uso adequado desses gêneros e de suas linguagens nos diversos contextos interacionais”. Na era da Cibercultura, o professor, além de ser produtor de conteúdos e mediador entre o texto e o leitor, tem o papel de promover a conscientização no intuito de aceitar essa nova forma de construir conhecimentos e avançar no letramento literário.

No âmbito do letramento literário de alunos surdos, a tecnologia tem funcionado como uma importante ferramenta didática, pois o aluno consegue utilizar recursos para traduzir textos, o que lhe permite avançar na aquisição da segunda língua. Outro aspecto positivo dos recursos tecnológicos para a educação de surdos é o fato de que o leitor pode pesquisar e ler os textos de que necessita e gosta sem ajuda do Tradutor Intérprete de Libras - TILS - recurso humano ausente na maioria das bibliotecas brasileiras.

2 METODOLOGIA

A metodologia deste projeto é de caráter bibliográfico, com uma abordagem qualitativa, baseada em diversos estudos realizados sobre letramento e sobre surdez. A partir desses estudos, foi possível aprofundar o debate acerca do tema, relacionando-o às questões políticas influentes e, dessa forma, estimulando à reflexão sobre o letramento literário de alunos surdos.

O arcabouço teórico que constitui o projeto foi selecionado através de uma pesquisa utilizando as palavras-chave: letramento, bilinguismo e letramento digital. Os trabalhos selecionados foram publicados em periódicos acadêmicos ou no formato de E-books, através da ferramenta de pesquisa Google. A pesquisa foi realizada entre junho e outubro de 2020.

Elegemos o gênero conto por ser um dos preferidos dos leitores. O suporte escolhido para a publicação dos contos foi o blog, por sua versatilidade e pela facilidade de acesso, independentemente da condição biológica do leitor surdo. Dessa forma, o leitor teria mais independência em relação às escolhas dos textos, não dependendo de um tradutor, intérprete de Libras.

Os contos para publicação no blog <https://literaturaediscurso.blogspot.com> foram selecionados através dos critérios: i) publicação em Língua Portuguesa; ii) escritos em uma linguagem simples e clara, de fácil interpretação para o leitor em formação e; iii) abordagem sobre culturas ocidentais, relacionadas aos costumes e características dos povos latino-americanos.

3 O CONTO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA

Seria um trabalho exaustivo tentar definir o conto. Sua aparente simplicidade e semelhança com o romance acabam nos levando ao engodo de considerá-lo um gênero de fácil definição, no entanto, como nos lembra Gotlib (1990, p. 05) “mil e uma páginas têm sido escritas para se tentar contar a história da teoria do conto”, mas, apesar das muitas contribuições que esses estudos trouxeram para a área, nenhuma conseguiu defini-lo com precisão. Essa dificuldade se deve em primeiro plano à liberdade que tem o autor de moldar a estrutura do conto aos seus aspectos abstratos, para assegurar ao leitor as sensações que tem em mente.

Para Edgar Alan Poe (apud BITTENCOURT, 2009, p. 50) “por sua complexidade e heterogeneidade, o conto não pode ser definido, seja porque é um conceito tão óbvio que o crítico não precisa se deter nele, pois a definição do conto é o próprio conto”. Os elementos constitutivos do conto estão relacionados às ideias e fatos socioculturais que resultaram em sua criação, servem assim à necessidade de expressar a história, a vida e a cultura.

Se a definição do conto é o próprio conto, cada texto literário a que o autor chamar de conto terá uma definição específica, o que implica a impossibilidade de formular uma definição ou conceito geral para o conto. O reflexo dessa dificuldade se expressa na vasta produção de estudos dos contos brasileiros, que, geralmente, têm enfoque na produção de um autor ou de uma obra específica. Por ser breve e levar ao leitor a possibilidade conhecer essa diversidade histórica e cultural presente na narrativa, o conto conquistou um espaço privilegiado entre os leitores e, no Brasil, atualmente, é um dos gêneros literários mais lidos, ao lado do romance e dos livros religiosos.

Diante dessas considerações, podemos concluir que utilizar o conto como ferramenta didática para o Letramento Literário constitui um trabalho de grande valor, dada a sua importância no cenário da literatura internacional e, no caso da educação de surdos, temos a qualidade de ser breve como um fator positivo por representar menor estresse cognitivo e maior facilidade de interpretação. Como estaremos utilizando o blog como suporte, o qual passaremos a apresentar na próxima seção, a motivação será uma etapa da leitura a ser realizada pelos professores/mediadores que utilizarão essa ferramenta didática em seu trabalho docente.

4 O BLOG COMO SUPORTE PARA O LETRAMENTO LITERÁRIO

O blog é originariamente uma versão digital do diário pessoal, desenvolvida para publicar conteúdos, geralmente, ligados à vida pessoal do autor ou sobre assuntos diversos - economia, política, saúde, educação etc. - que, por ser acessível e versátil, tem se tornado uma importante ferramenta para a construção de conhecimentos na atualidade. Por ter essas qualidades, essa ferramenta também funciona como suporte para outros gêneros, tais como crônicas, contos, poemas, artigos etc., tornando-se uma excelente ferramenta didática, utilizada para o planejamento de atividades didáticas.

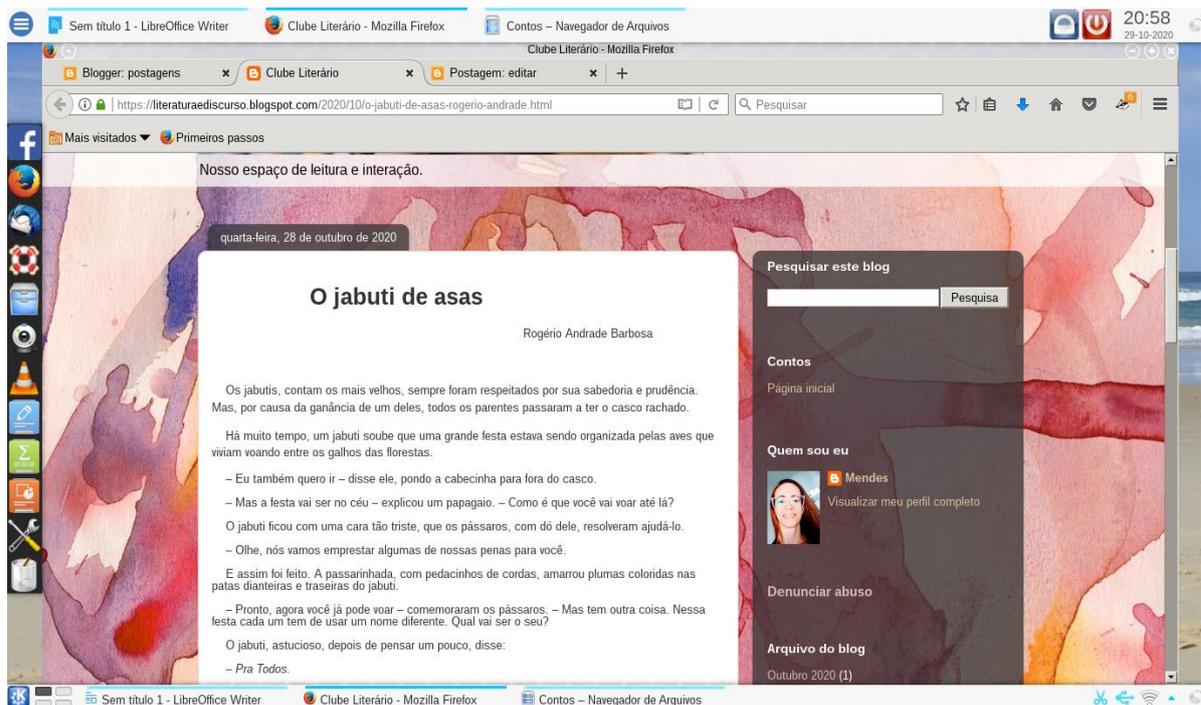
Com o avanço da tecnologia e suas consequentes transformações sociais e culturais, é natural uma evolução na forma como se lê - abrir uma página da internet e ler um texto é muito mais rápido e prático do que andar vários quilômetros até uma biblioteca. Dessa forma, o blog se tornou um veículo de conhecimento a serviço da educação e da cultura, pois estas se efetivam por meio de ações sociais de uso da linguagem, em suas diversas modalidades e formas de expressão. Essa ferramenta democratizou a leitura e instigou a produção e publicação de textos literários.

Essas mudanças serviram ainda às necessidades dos leitores surdos, que, por não terem acesso a bibliotecas adaptadas, com tradutor, intérprete de libras, sentem-se intimidados e, conseqüentemente, não desenvolvem o gosto pela leitura de textos literários. Através dos blogs a literatura rompe a barreira das diferenças, quebra o silêncio da marginalização e possibilita a todos a fruição da arte literária. A seguir, apresentaremos alguns aspectos do blog <https://literaturaediscorso.blogpost.com> e suas funcionalidades.

4.1 Recursos do blog e suas funcionalidades

O **BLOGGER** é uma plataforma que apresenta recursos de configuração de fácil desenvolvimento, pensado para pessoas de qualquer área do conhecimento, que não têm conhecimentos avançados em desenvolvimento de sítios para a internet. Além disso, o usuário não precisa, necessariamente, pagar para postar ou para ter acesso aos conteúdos, o que o torna uma importante ferramenta para a humanização, em países com graves desigualdades sociais como o Brasil. Nosso blog tem caráter filantrópico, o que lhe confere maior possibilidade de atrair a atenção do leitor para o conteúdo literário, já que não haverá postagens de caráter comercial para distraí-lo.

Design do blog

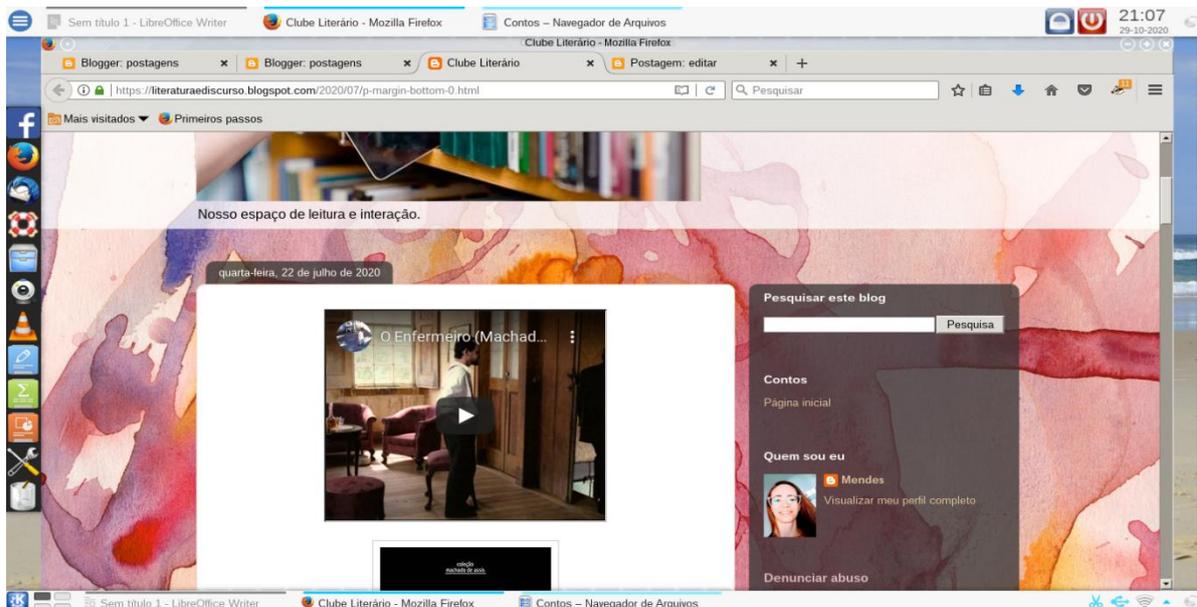


Fonte: Arquivos da autora (2020).

O recurso de inserção de vídeos é uma importante ferramenta para o trabalho com o leitor surdo por permitir a interação em língua de sinais, além de oferecer a possibilidade de apresentar pequenos filmes baseados nas obras literárias postadas. O recurso legenda facilita a interpretação e auxilia o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita da Língua Portuguesa, o que impulsiona a apropriação da L2.

No trabalho com a literatura escolarizada, o professor é o mediador entre o leitor e o texto, a ele (professor) cabe a responsabilidade de promover a motivação para a leitura de uma obra. A motivação prepara o leitor para o ingresso nesse novo universo-leitura e pode contribuir para o sucesso do encontro autor-texto-leitor⁴. No entanto, em clubes literários virtuais o leitor fará uma leitura mais ou menos autônoma, e é exatamente aí que as ferramentas de acessibilidade entram como recurso pedagógico. A linguagem multimodal torna o ciberespaço atrativo e instigante para o leitor surdo, e, dessa forma, também se faz instrumento na tarefa de promover o letramento literário. Assim, a ferramenta Inserir Imagem do blog permite configurar a página com o propósito de atrair o leitor surdo, considerando que ele apreende o mundo a sua volta pela visão.

Recursos do blog



Fonte: Arquivos da autora (2020).

Tendo em mãos todas essas ferramentas, resta-nos selecionar os conteúdos a serem postados para proporcionar a fruição da arte literária e cultivar sua função original, que vem se perdendo ao longo da história, em meio a métodos de ensino equivocadas que sufocam o amor à literatura, e, ao invés de formar leitores autônomos, despertam o sentimento de rejeição aos livros de literatura.

⁴ Empregamos aqui a noção de motivação proposta por Rildo Cosson, em seu livro *Letramento Literário – teoria e prática*.

Ao selecionar contos para um projeto direcionado a um leitor cuja idade não conhecemos, devemos ter em mente um leitor eminentemente eclético, e para atender a esse objetivo não devemos nos orientar pela velha concepção do cânone literário, mas focar na diversidade, proporcionando ao leitor aprofundar seus conhecimentos sobre épocas e culturas diversas.

Os contos do escritor brasileiro Rogério Andrade Barbosa trazem histórias infantis que retratam a tradição originariamente oral do continente africano e atualmente passaram a ser escritas e publicadas em diversos países. Trata-se de uma linguagem fluida, simples e propícia à fruição pelo leitor que está em processo de aquisição da L2. O enredo produz o efeito lúdico, mas traz em si uma lição de vida, com efeito moral, que os aproxima da fábula, aciona a fantasia ao conduzi-lo a um universo situado entre o selvagem e o racional, levando o leitor a refletir sobre seu estar no mundo.

A literatura intimista de Clarice Lispector proporciona uma experiência eminentemente introspectiva. O foco no inconsciente leva a uma experiência ascendente sobre aspectos diversos da vida, promove o exercício da concentração e o desenvolvimento das habilidades de estabelecer relações entre os sentidos do texto e aspectos pragmáticos, como toda boa leitura. O nível de complexidade da linguagem é mais elevado e, conseqüentemente, mais alto o grau de dificuldade para a interpretação pelo leitor iniciante. Contudo, a continuidade da leitura frequente ajuda a desenvolver as competências de profundidade e agilidade.

Os contos de Machado de Assis são indispensáveis na formação de leitores por sua complexidade semântica, que desperta o senso crítico e a capacidade de interpretar o comportamento, a partir do viés realista, sob o qual se desenvolvem as ações dos seus personagens. Essa complexidade está presente inclusive na estrutura dos contos e na forma como o narrador se comunica com o leitor. A obra de Machado de Assis figura entre as obras preferidas dos leitores amantes da narrativa e não pode ser negada ao leitor surdo. Para reconquistar a estabilidade no ensino de literatura, é necessário superar alguns mitos: em primeiro lugar, o da hierarquia entre as obras literárias, a literatura é universal e toda obra tem sua importância por proporcionar o dialogismo; em segundo, a ideia de que os alunos não gostam de ler; e em terceiro, o de que a literatura é artigo de luxo e que por isso os alunos pobres devem focar nas disciplinas que os prepara para o mercado de trabalho.

Diante disso, ressaltamos nosso propósito de oferecer uma diversidade de estilos literários ao leitor, para proporcionar a leitura prazerosa e ao mesmo tempo enriquecedora, que lhe proporcione o exercício da alteridade e a construção de sua identidade e consciência

social. E nessa tarefa, não deve predominar a preocupação em oferecer ao leitor apenas o que é considerado erudito, mas sobretudo despertar-lhe o amor pela literatura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que constatamos através dos trabalhos revisados e dos documentos oficiais aqui citados, percebemos uma distância abissal entre o que se deve fazer pela educação especial e o que de fato se faz atualmente. É notável também uma incoerência entre o que postulam os especialistas e pesquisadores das áreas de educação e surdez e o que dizem as leis sobre a inclusão dos surdos. Resta aos professores empregar os métodos, técnicas e tecnologias que têm à disposição para desenvolver projetos voltados ao letramento desses alunos, conscientes de que esperar a mudança acontecer a partir de decisões e estratégias institucionalizadas é o caminho mais longo e dificultoso, através do qual não teremos a certeza da chegada.

Os trabalhos de Teresa Colomer (2008), Rildo Cosson (2014), Todorov (2009) e também de Zilberman; Silva (1990) contribuíram para explicar a intrincada relação entre o que se faz nas aulas de literatura na escola e as dificuldades em formar leitores competentes e amantes da literatura, capacitados a ler e interpretar diversos tipos e gêneros de textos, em diferentes esferas e suportes. O debate faz uma crítica generalizada, não adentrando à questão da educação especial, porém nos dá embasamento para entender os percalços por que passa o aluno surdo que estuda na escola regular. Assim, esses estudos ressaltam a urgência em fomentar novos rumos para a prática pedagógica voltada para o letramento literário e a importância de desenvolver projetos para motivar a prática de leitura e à construção de conhecimentos.

As ideias de Candido (1988) nos conduziram a uma época em que a obra valia mais do que o ato de ler e a literatura erudita valia mais que a popular e, felizmente, nos ajudou a concluir que o cânone já não importa tanto quanto naquela época e que a prioridade que se dava ao erudito divide o espaço com a preocupação em formar leitores críticos. Agora, começa a se delinear uma nova perspectiva de letramento, segundo a qual o que realmente importa é conscientizar os professores de sua função de promotores do letramento literário, tendo como centro do processo o leitor e a valorização de sua cultura, o que não tem ocorrido na escola contemporânea com a ênfase necessária.

Quanto ao fato de desenvolver um projeto de letramento literário em L2 para o aluno surdo, não representa o apagamento de sua cultura nem a desvalorização de sua língua natural

- a Libras, mas sim, a oportunidade de empoderamento por meio da emancipação, em virtude da possibilidade de interagir em L2, na luta por direitos fundamentais e por um estar no mundo com mais dignidade. Ademais, o blog poderá motivar o desenvolvimento de outros projetos com objetivos idênticos, para dessa forma, abranger maior número de leitores e promover momentos de fruição e interação através da literatura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Gilda Neves. **Retratos do conto: uma reflexão crítica**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2019. 217 p.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.098, de 20 de dezembro de 2000 e a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 e dá outras providências. Diário Oficial: República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 3 dez. 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial: República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, n. 79, p. 22, 25 abr. 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial: República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 1, 20 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 20 de dezembro 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial. República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 02, dez. 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial. República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, p. 1, nov. 2000.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 107 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>> Acesso em: 02 set. 2020.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. Duas cidades: São Paulo, 1988. p. 171-193.

CHIAPINOTO, Diego. Linguagem, educação e TICs. **Revista Conjectura**, Caxias do Sul, v. 15, n. 2, maio/ago. 2010. p. 71-79.

COLOMER, Teresa. Andar entre livros: a leitura literária na escola. *In*: FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL; INSTITUTO C & A. **Nos caminhos da**

literatura. Fundação nacional do livro infantil e juvenil. São Paulo: Peirópolis, 2008. P. 16 - 24.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática.** São Paulo: Contexto, 2014. 166 p.

FERNANDES, Sueli. **Letramentos na educação bilíngue para surdos: caminhos para a prática pedagógica.** Universidade Federal do Paraná - UFPR, 2006. Disponível em: <<https://www.alex.pro.br/libras3.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2020. 20 p.

GOTLIB, Nádya Battela. **Teoria do Conto.** São Paulo: Ática, 1999. p. 12-39.

L.S.VYGOTSKY: Linguagem e construção social da consciência. *In:* SOUZA, Solange Jobin. **Infância e linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin.** Campinas: Papirus, 2015. E-book. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/read/405795563/Infancia-e-linguagem-Bakhtin-Vygotsky-e-Benjamin>>. Acesso em: 01 ago. 2020. p. 173-197.

MAGNABOSCO, Gislaine Gracia. Hipertexto e gêneros digitais: modificações no ler e escrever. **Revista Conjectura**, Caxias do Sul, v. 14, n. 2, maio/ago. 2009. p. 49-63.

MATTOS, Simone Chaves de; RAMIRES, Rossana Ribeiro. Surdez & Bilinguismo: Língua Portuguesa e Língua de Sinais. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro. n. 39, jan./jun. 2013. 08 p.

OLIVEIRA, Luciane de; CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena. **A comunicação entre crianças surdas filhas de pais ouvintes.** UFPB, 2017.

SOUSA, Wilma Pastor de Andrade; SILVA, Thaislane Maria Freitas da. O ensino da língua portuguesa escrita, como L2, para estudantes surdos no 5º ano do ensino fundamental. UFPE, 2015. 18 p.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo.** Tradução Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009. 96 p.

ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Literatura e Pedagogia: ponto & contraponto.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990. 58 p.

DECLARAÇÃO DE REVISÃO LINGUÍSTICO-GRAMATICAL

Declaro que realizei a revisão linguístico-gramatical do TCC/Artigo intitulado **LETRAMENTO LITERÁRIO: uma proposta de leitura, em Língua Portuguesa, para alunos surdos**, da autoria de **Geralda Mendes Pereira Silva**.

Para esse trabalho, foi utilizada a ferramenta “Revisão”, do Word, dando condições e opções ao autor do referido trabalho “Aceitar” ou “Rejeitar”, em parte ou totalmente, as alterações executadas, ficando a versão final sob sua inteira responsabilidade.

João Pessoa, 06 de Janeiro de 2021.

Cyntia Godinho Ferreira
Cyntia Godinho Ferreira
Mestra em Letras/Linguística
